

# O local da diferença: *espaço (d)e opressão<sup>i</sup>*

Rick J. Santos

Doutor em Literatura Comparada pela SUNY  
Professor do Departamento de Inglês da SUNY/NCC  
E-mail: prof.rick.santos@gmail.com

Recebido: 21 out. 2013

Aprovado: 29 mar. 2014

**Resumo:** Este texto foi escrito a partir da leitura de *The production of space* (LEFEBVRE, 1991). Trata-se do conceito muito abstrato de “espaço natural” (espaço absoluto), até concepções espaciais complexas cujas significações são produzidas socialmente (espaço social). Henri Lefebvre argumenta que há três tipos de “espaços”: social, conceitual e simbólico ou de representação. A noção conceitual de representações de espaços é composta por ideias/conceitos (de espaço) concebidos cognitivamente pela sociedade.

**Palavras-Chave:** Espaço. Sociedade. Diferença.

**Abstract:** This text was written from a reading *The production of space* (LEFEBVRE, 1991). This reading ranges from the very abstract concept of "natural space" (absolute space), to complex spatial concepts whose meanings are socially produced (social space). Henri Lefebvre argues that there are three types of "spaces": social, conceptual and symbolic or representational. The notion of conceptual representations of spaces consists of ideas/concepts (space) cognitively conceived by society.

**Keywords:** Space. Society. Difference.

**Resumen:** Este texto fue escrito a partir de la lectura de *La producción del espacio* (LEFEBVRE, 1991). Refiere al concepto bastante abstracto del "espacio natural" (espacio absoluto), hasta a concepciones espaciales complejas cuya significación es producida socialmente (espacio social). Henri Lefebvre sostiene que existen tres tipos de "espacios": social, conceptual y simbólico o de representación. La noción conceptual de representaciones de espacios está constituida por ideas/conceptos (de espacio) concebidos de modo cognitivo por la sociedad.

**Palabras clave:** Espacio. Sociedad. Diferencia.

Este texto foi escrito a partir da leitura de *The production of space* (LEFEBVRE, 1991). Trata do conceito abstrato de “espaço natural” (espaço absoluto), até concepções espaciais complexas cujas significações são produzidas socialmente (espaço social). Henri Lefebvre argumenta que há três tipos de “espaços”: social, conceitual e simbólico ou de representação. O espaço social é um “produto” social. Por meio de práticas sociais cotidianas, as sociedades produzem seus próprios espaços. De acordo com esse autor, a produção do espaço urbano é fundamental à sociedade (ao poder de controle social).

Para Lefebvre (1991), o espaço é produzido por uma tríade de produção espacial, entendida por: 1) prática, ou utilização, do espaço; 2) representações de espaços; e 3) espaços de representação, ou simbólicos.

A prática do espaço é composta pelas atividades sociais que criam determinado “espaço” – um cemitério, por exemplo. Lefebvre (1991, p. 170) afirma que há uma relação direta entre corpos/sujeitos e os espaços que eles constituem e ocupam. As divisões espaciais, como áreas residenciais e comerciais, correlacionam às criações corpóreas dos sujeitos. A prática do espaço (re)desenha formas que são constituídas pela rotina cotidiana dos membros da sociedade.

A noção conceitual de representações de espaços é composta por ideias/conceitos (de espaço) concebidos cognitivamente pela sociedade. Dito de outra maneira, o senso comum acerca da espacialidade no contemporâneo concebe a condição de espaço como ambiente homogêneo e bidimensional – uma coordenada geométrica (*o grid*) sobreposta em todos os lugares.

Dessa forma, um sujeito, um objeto ou mesmo um acidente geográfico podem ser localizados de acordo com suas coordenadas geométricas no espaço, constituindo, assim, o conceito de “espaço abstrato”. Tais coordenadas, representadas no globo por meio de linhas denominadas latitude e longitude, passam, então, a ordenar o trânsito corpóreo dos sujeitos, lido nas estradas e fronteiras, nos fusos horários, nas rotas de navegação etc. As representações da espacialidade enquadradas nas divisões entre cultura urbana/natureza, espaço público/privado – organizam o *habitat*, criando signos entendidos, aqui, na sobreposição de áreas de comércio e residenciais, parques e reservas florestais, que dão valor ao espaço.

Na terceira estratificação, nomeada de *espaços de representação*, importam as imagens e símbolos do espaço vivido. As igrejas, os monumentos fálicos, como as

torres gêmeas do World Trade Center, as fachadas imponentes dos fóruns, bibliotecas nacionais, as luxuosas portarias dos hotéis cinco estrelas convidam alguns corpos/sujeitos e excluem outros, ao demarcarem esses lugares de valor especial.

Para Lefebvre (1991), a produção de espaços contemporâneos é dominada pelas representações de espaço. O resultado desse privilégio desequilibrado afeta a maneira pela qual favorecemos o *savoir* (entendimento e reconhecimento ou, ainda, atividade abstrata de cognição), desprezando o *connaissance* (conhecimento físico, experiencial) dos lugares/espaços. Em outras palavras, há certa tendência de conceituar/entender o movimento corpóreo dos sujeitos numa linha geométrica cartográfica e fazer a leitura da experiência cotidiana nos espaços abstratos. Assim, em um contexto ideal, a tríplice espacial coexistiria simultânea e harmonicamente, de maneira orgânica, embora o espaço abstrato não exista em circunstâncias ideais e favoráveis.

O domínio da perspectiva de um espaço abstrato sob representação de espaço controlado cria um senso de alienação similar à alienação da produção capitalista, descrita por Marx (2011) da seguinte forma: por meio da fragmentação isola-se o produto final do produtor (operário) que o produz. E, ainda, o espaço de produção também contribui na criação de relações abstratas entre os sujeitos sociais. Por exemplo, o ato sexual, como atividade corpórea, quando realizado nos aposentos de uma residência privada pode confirmar a união afetiva entre parceiros, mas quando realizado num bordel pode concretizar uma relação de cliente-consumidor. Eis, portanto, um exemplo de aspectos espaciais de relações de possível opressão.

Na esteira de Lefebvre, gostaria de argumentar que o domínio das representações de espaço (conceito abstrato) sobre os espaços (concretos) de representação constitui uma grande parte do aspecto espacial-concreto da opressão na contemporaneidade. O espaço abstrato representado como plano, bidimensional, euclidiano, tábua rasa homogênea é concebido como algo apolítico, um *background* inocente da sociedade, onde tudo ocorre (LEFEBVRE, 1991, p. 285-289). Normalmente, o espaço é representado no simulacro de uma coordenada imaginária (*o grid*), como nos jogos de batalha naval. Dessa forma, é possível dizer onde algo se encontra de acordo com o sistema de coordenadas de *grid*. Por exemplo, encontro-me no quadrante B-9, o computador localizado diante de mim situa-se no quadrante B-10 dentro do conjunto de quadrantes que representa o apartamento, o qual, por sua vez, se

encontra num subgrupo maior de quadrantes que representam o bairro de Astoria, na cidade de Nova York e assim por adiante.

O espaço de determinada coordenada (*grid*) é comum e homogêneo, como dito anteriormente. As montanhas geladas que se encontram na coordenada Z-54 são íngremes, cobertas de linda neve; mas a referência Z-54 em si é apenas Z-54; ou um espaço igual a B-9, de onde escrevo neste exato momento, ou X-3, de onde um leitor quiçá lê estes apontamentos. O que se pretende salientar com esse exercício reflexivo abstrato é que as características físicas específicas de espaços concretos, bem como dos sujeitos que habitam esses espaços, parecem ter sido atropeladas e amassadas por um grande rolo compressor, capaz de prensar (oprimir) todas as diferenças, tornando-as indistinguíveis e imperceptíveis. Isso ocorrerá sempre que houver uma supervalorização das representações de espaço que privilegiam a atividade abstrata da cognição dos espaços. Em outras palavras, sempre que a teoria seja isolada da prática.

Paradoxalmente, as coordenadas, representadas de forma homogênea e singular, ao mesmo tempo em que fragmentadas, podem ser determinadas, desenhadas por várias formas e maneiras. Nações determinam fronteiras; limites de propriedade separam grupos de coordenadas de outros grupos; zoneamentos (*zoning laws*) e zonas de prostituição fragmentam a homogeneidade das coordenadas. A dinâmica do jogo entre a fragmentação e a homogeneidade é fundamental para o desenvolvimento da opressão, agora, sob representação abstrata do espaço possível. Nessa condicional, cria-se uma coordenada em cujo espaço primordial e preexistente a vida cotidiana se desenrola. No entanto, as desigualdades sociais surgem à medida que as pessoas vivem e se acomodam nas coordenadas, aglomerando-se nos mais variados agrupamentos (nações, bairros, favelas e guetos, Primeiro e Terceiro Mundos).

Assim, as desigualdades tornam-se explicáveis de maneira “acidental”, uma vez que, segundo essa lógica, os sujeitos habitam, a princípio, um tabuleiro homogêneo. As coordenadas são delineadas com proporções iguais, sem distinções e privilégios em si; abstratamente, uma coordenada é exatamente igual a qualquer outra, em proporção e diâmetro. Ironicamente, sob essa mesma lógica de espaço abstrato, é quase um mistério como alguns fragmentos terminam com melhor infraestrutura ou índice de criminalização mais baixo que outros. Ou, talvez, com base numa falsa noção de meritocracia, poderiam explicar as diferenças de desenvolvimento entre as áreas por

meio de um sistema meritocrático, em que o maior desenvolvimento alcançado por alguns sujeitos seria fruto de seu trabalho diferenciado.

Há, notoriamente, uma insistência em situar a homogeneidade do espaço abstrato em possibilidades iguais de desenvolvimento para todas as áreas mapeadas, enquanto a fragmentação do todo confere uma aparência distorcida de cada área em relação ao todo. Essa lógica abstrata imposta pelo sistema dominante não pode conceber a ideia de que o desenvolvimento de certa área está diretamente ligado ao (e depende do) estrangulamento de outra, como nas relações entre a metrópole e a colônia.

A ideia de um *grid* ideal, homogêneo, preexistente à sua fragmentação em quadrantes ou partes desiguais é criticada por Lefebvre, segundo quem entender a relação entre o todo homogêneo e seus fragmentos dessa forma é “confundir o efeito com a causa e o ponto de chegada com a razão que nos leva à jornada” (LEFEBVRE, 1991, p. 287). E, ainda, embora o espaço abstrato leve consigo a condição a-histórica, na verdade há uma produção social construída na violência, capaz de unir diferentes lugares por meio de força bruta, assim como apagar nódulos de diferenças, prensando-os no formato liso, abstrato e bidimensional da coordenada produzida nesse processo.

Ao narrar a história do espaço, Lefebvre (1991) sugere que, embora o conceito de espaço abstrato aparente ser um *grid* preexistente em que a história se desenrola, há que considerar também que o oposto é verdadeiro, isto é, o conceito de espaço abstrato emergiu num determinado período histórico. A emergência do conceito de espaço abstrato pode-se associar ao surgimento do nacionalismo na Europa Ocidental, em que a consolidação de maneiras violentas, tais como batalhas e guerras, fundiu espaços “concretos” e “específicos”. O Estado-nação passou a ser identificado com a ideia de um espaço abstrato.

De acordo com Lefebvre (1991, p. 306-312), a homogeneização dos lugares é o objetivo do projeto de abstração do espaço – um objetivo que nunca se concretiza por completo, uma vez que sempre depara com uma resistência à redução da diferença. Dessa forma, o conceito de espaço pode ser facilmente reduzido a um quadrante homogêneo em determinado mapa, conforme exemplificado anteriormente, mas a experiência de vida nesse lugar é sempre heterogênea e plural. Quer dizer, enquanto caminho de um lugar para outro (do ambiente intelectual da sala de aula, onde há professores e alunos que discutem animadamente ideias complexas sobre temas diversos, até o lado leste da cafeteria, um local conhecido entre os alunos como

ambiente de farra e “pegação” da comunidade LGBT), percebo, evidentemente, uma mudança de significado, valor e conforto em meu corpo. Essa diferença entre os lugares descritos acima não existe, ou não faz sentido, quando vista apenas no mapa do *campus* universitário, cujas coordenadas são representadas de maneira homogênea.

O mesmo pode ser dito da experiência vivida por pessoas que se mudam do interior para a cidade, ou de uma favela para um bairro nobre. O sentimento de pertencer ou não, de sentir-se ou não confortável, energizado, acolhido, deprimido ou discriminado constituem, por assim dizer, o conhecimento físico/experiencial (*connaissance*) dos lugares, de onde pessoas e relações sociais são apagadas quando o mesmo lugar é visto por meio de uma representação abstrata como um mapa.

No espaço abstrato “acontece uma anaforização que transforma o sujeito humano, tirando-o de seu corpo e deslocando-o para um espaço visual ideal [...]” (LEFEBVRE 1991, p. 309). O estranhamento provocado pelo termo “anaforização” é de importância fundamental para a teoria de Lefebvre. Anaforização é uma figura de linguagem gramatical que indica a repetição de um termo, às vezes por meio de pronomes. Tomemos, por exemplo, a inscrição “Rick”, a qual pode ser anaforizada por “ele.” No entanto, “ele” ocupa um espaço linguístico não definido; “ele” pode perfeitamente referir-se a Rick, Osama ou Barack. A anaforização de “meu eu” por “ele”, “você” ou “senhor” cria outro Rick que não habita em meu corpo (não vive em minha subjetividade) e está em qualquer homem-genérico, independentemente de outras variáveis (raça, sexo, gênero, classe etc.). Esta é a experiência que vivo ao buscar a direção do banheiro num shopping: torno-me um “eu-anaforizado”, forçado a “abandonar” meu corpo para assumir a posição de sujeito genérico, representado pelo ponto no mapa.

Se esse deslocamento do sujeito em seu corpo físico para um espaço visual ideal fosse um produto de percepção equivocada, um erro epistemológico, o problema seria simples e de fácil resolução. Poderia insistir em enfatizar a presença do corpo individual e, assim, encorajar o “meu” outro a ver-me da mesma forma. Shazam! O ser humano estaria livre do domínio da representação espacial dominante do seu eu-no-mundo.

No entanto, segundo Lefebvre, as representações de indivíduos-no-mundo não são ideias e pensamentos soltos que flutuam nas cabeças dos seres humanos; “na verdade, a concepção e orientação de espaço de um indivíduo é um processo social” (LEFEBVRE, 1991, p. 288). O fato de eu, na condição de cliente em um shopping

center, assumir a posição abstrata do ponto flutuante no mapa é um efeito direto da “prática social de espaço” de nossa cultura e não de uma opinião pessoal.

Considere, por exemplo, a jornada ao *shopping* traçada num mapa. Antes de sair de casa, consulto o mapa de transportes coletivos para selecionar o horário e a linha que me levará até o Roosevelt Field Mall. As únicas ruas e avenidas representadas no mapa são aquelas em que o ônibus transita. As ruas em si são, em geral, retas com lojas e outros tipos de edifícios públicos e/ou comércio. Enquanto o ônibus passa, vejo pela janela um número infinito de lojas e negócios, letreiros e sinais de todo tipo proclamando, o mais rápido possível, as maravilhas que aguardam os potenciais consumidores, como eu, dentro das lojas. No anonimato de uma grande cidade como Nova York, busco nas ruas algum sinal que possa indicar meu lugar nesse mapa.

A omissão, no mapa, das ruas residenciais fora da rota do ônibus não somente simboliza, mas também *faz e constrói* a distinção entre os espaços públicos e privados. O serviço de transporte público torna possível meu trânsito pelas áreas comerciais e atribui a essas áreas certo valor de local/espço de interesse público. Lefebvre (1991) argumenta que a prática de dirigir um automóvel faz com que o motorista contemporâneo direcione seu foco à visão do mundo privilegiando tráfego, sinais de trânsito etc. e apagando outros elementos, como as flores dos canteiros e as ruas que não fazem parte do caminho predeterminado. O motorista “percebe/registra somente o seu caminho, que se torna mecânico, automático e funcional. O motorista, como todos os sujeitos contemporâneos em geral, tem uma visão da praticidade: mais rápida, mais fácil de compreender, mais conveniente” (LEFEBVRE, 1991, p. 313).

Práticas cotidianas como dirigir, tomar um coletivo ou encontrar uma loja que venda roupas íntimas femininas direcionam a atenção do indivíduo no aspecto *visual* do espaço no qual ele se move: sinais como “Pare,” “Embarque” ou *Victoria’s Secret* são formas de orientação espacial fundamental. Enquanto dirige, um motorista presta atenção naquilo que precisa saber para chegar onde quer e presta menos atenção, ou até mesmo apaga outras coisas/sinais/símbolos. Essa orientação instrumental é parte do processo que faz o indivíduo desassociar do cheiro de batata frita ao movimento da multidão no shopping, e permite assumir a posição aérea e privilegiada do ponto “você está aqui” do mapa pendurado na parede do shopping.

Dessa forma, Lefebvre (1991) conclui, tais práticas cotidianas de espaço orientam as pessoas a perceber o espaço visualmente – não como algo sólido que pode

ser cheirado, provado, tocado –, como algo a ser *lido*, como um mapa cartesiano bidimensional. A representação do espaço, como os mapas, torna-se sinônimo do espaço vivido cotidianamente. Da mesma maneira, uma representação abstrata do ponto “você está aqui” torna-se sinônimo da experiência de vida no mundo. Lefebvre descreve essa posição anaforizada como a posição de um sujeito abstrato:

Nesse contexto, o espaço é definido em termos da percepção de um sujeito abstrato, como um motorista, por exemplo, norteado por um bom senso comum, ou seja, a capacidade de ler os símbolos e sinais de trânsito das rodovias com um único sentido – a visão –, empregado a serviço de seu movimento dentro de um campo predeterminado (de visão) (LEFEBVRE, 1991, p. 313).

De acordo com Lefebvre (1991), é por meio das práticas sociais e espaciais organizadas pelo domínio das representações de espaços abstratos que o indivíduo é desdobrado, isto é, uma pessoa concreta/física em pé, de frente para o mapa no shopping, mas, ao mesmo tempo, também um sujeito genérico/abstrato – o “você” do *slogan* “você está aqui” –, que pode ser qualquer pessoa e ao mesmo tempo ninguém.

Quando minhas sobrinhas eram pequenas, costumávamos fazer um jogo quando íamos ao calçadão de Copacabana nos dias de sol. Tentávamos manter nossas sombras em contato ao corrermos. Enquanto nossas sombras pareciam se tocar, abraçar-se ou se socar, nossos corpos físicos nunca entravam em contato. Era um processo mental estranho – mover corpo e sombra de uma maneira que causava efeitos diferentes em cada um. De forma análoga, isso é o que acontece quando me movimento pelos corredores do *shopping*: há um desdobramento do meu eu enquanto caminho subindo e descendo rampas, virando à esquerda, depois à direita, o tempo todo seguindo mentalmente os passos do “eu/você está aqui” do mapa na parede. Como quando brincava com minhas sobrinhas, no shopping, a caminho do banheiro, eu caminho dois sujeitos ao mesmo tempo: um duplo eu.

Lefebvre (1991) argumenta que, sob circunstâncias favoráveis, as práticas cotidianas de espaço, as representações de espaço e os espaços de representação de uma sociedade coexistiriam com um mínimo de tensão; no entanto, nem sempre as circunstâncias são favoráveis. Neste ensaio, tentei pensar de modo local, ou pessoal, esse ponto que Lefebvre descreve em grande escala, ao nível de sociedade. Ao movermos nossas subjetividades duplicadas/múltiplas em sincronia, alguns indivíduos na sociedade encontram menos fricção ou resistência entre suas subjetividades abstratas e concretas. Aqueles indivíduos que habitam circunstâncias favoráveis e detêm poder



social de se mover somente em espaços de circulação que refletem sua maneira de representar espaço experienciam menos conflito e dissonância entre sua maneira de saber/reconhecer (*savoir*) e conhecer/experienciar (*connaissance*) o espaço/território onde vivem.

A combinação do processo de duplicação/multiplicação de nossas subjetividades e o privilégio da subjetividade abstrata favorece a possibilidade da criação e do apagamento institucionalizado da opressão. Embora Lefebvre (1991) mencione o processo de anaforização, ele não aborda/critica seus efeitos concretos. No entanto, há um enorme número de efeitos opressivos que resultam diretamente do privilégio da parte abstrata da subjetividade anaforizada pela sociedade e pelos grupos dominantes em geral. A orientação/posicionamento do sujeito abstrato segue a lógica do poder. Por exemplo, o olhar de um comandante avaliando o poder de seu exército numa maquete de estratégia de guerra. O tipo de ações que podem ser tomadas desta posição (de comando) depende do poder específico de indivíduos concretos, cujas subjetividades foram duplicadas.

No campo de batalha, alguns indivíduos concretos têm a capacidade de realizar as ações decididas por aqueles que detêm o poder e ocupam uma posição do ponto vista estratégico abstrato privilegiado; outros, não. Para um comandante, três soldados podem ser substituídos sem maiores danos para a batalha; para três famílias, um irmão, um pai ou um filho jamais poderiam ser substituídos. Quando o “olhar do estrategista” (DE CERTEAU, 1984) enfoca primariamente o sujeito abstrato, perde-se a sensibilidade e a capacidade de enxergar as diferenças e a individualidade das pessoas concretas. Sujeitos abstratos são idênticos! Um soldado é só, e sempre, um soldado. No shopping, somos apenas um ponto vermelho no espaço cartográfico: “você está aqui.” Dessa forma, parece que o sujeito abstrato (qualquer sujeito, já que o sujeito abstrato é a duplicação de todos e de ninguém) domina o agenciamento do espaço diante de si, quando na realidade o sujeito concreto e específico pode não ter esse poder. Por exemplo, o percurso entre “você está aqui” e o banheiro mais próximo pode ser fácil de traçar no mapa, mas se o indivíduo concreto nesse caso for um cadeirante e no percurso houver escadas, para esse sujeito concreto, o caminho entre o ponto vermelho no mapa e o banheiro não será viável ou possível.

Essa impossibilidade não é perceptível a menos que levemos em conta a especificidade da relação sujeito-diferença-espaço. Mas, ao adotarmos uma prática em

que a percepção de espaço normaliza e privilegia a realidade do sujeito/“você” abstrato (“você está aqui”), a realidade concreta da diferença da cadeira de rodas desaparece. O cadeirante, como o soldado, torna-se um simples “você,” sujeito descartável e facilmente substituível por outro que pode desempenhar seu papel (de consumidor, guerreiro-serviçal etc.). O mais perverso dessa equação espacial é que, no papel, todos têm acesso e direitos iguais: a distância entre “você está aqui” e o banheiro (ou o diploma de curso superior, por exemplo) é “a mesma” para todos.

Consequentemente, a anaforização descrita por Lefebvre leva-nos a separar a experiência de vida cotidiana do entendimento cognitivo dessas experiências generalizadas e abstraídas da realidade concreta do corpo. O problema que surge com a concepção de espaço abstrato está na identificação e na fusão do indivíduo real com o sujeito abstrato, o “você” que é todo mundo e ninguém ao mesmo tempo. Essa identificação resulta no apagamento das relações de poder entre indivíduos e na homogeneização das multiplicidades de experiências de sujeitos diferentemente posicionados no cruzamento interseccional cartográfico de raça, classe, sexo, gênero etc., e pode até resultar numa aparência de direitos e acessos iguais num contexto espacial abstrato que não é real. Dessa forma, a marginalização e a opressão institucionalizadas, vividas por sujeitos subalternos na sociedade, são normalizadas e diluídas no espaço abstrato da cartografia global contemporânea.

### Referência

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991.

DE CERTEAU, Michel. **The practice of everyday life**. Trad. Steven Rendall. Berkeley, CA: University of California Press, 1984.

GARCIA, Wilton (org.). **Corpo & espaço: estudos contemporâneos**. São Paulo: Factash, 2009.

MARX, Karl. **Encyclopedia of Marxism**. “Capitalism” Marxism.org. Retrieved Julho 8, 2011.

---

<sup>i</sup> Uma versão primária deste capítulo foi publicada em: GARCIA (2009).